



Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal

Ana Cristina Roque - ana.roque@iict.pt ;

Cartografia Fronteiras Moçambique Transvaal

Por acordo entre os representantes do governo Português e da República Boer do Transvaal, a Comissão mista para a Delimitação e Demarcação da Fronteira entre Moçambique e o Transvaal (CDDMT) iniciou oficialmente as suas funções em 1890. Os trabalhos anteriores, com base nas decisões consignadas pelo Tratado de 1869, tinham mostrado a necessidade de empreender novos trabalhos, mais sistemáticos e rigorosos, no sentido de confirmar ou reajustar as linhas de fronteira então definidas. Quando em 1890, se procuram aplicar no terreno os acordos de 1869, estas linhas revelaram-se falhas de precisão dificultando por isso a sua implantação no terreno, e a sua aceitação por parte dos Comissários dos dois países envolvidos no processo.

Esta imprecisão resultava, sobretudo, dos procedimentos técnicos utilizados pela equipe que, antes de 1869, fora responsável pelos levantamentos na região ainda que, em situações pontuais, pudessem também ser resultado de processos de alteração naturais, então não considerados.

Independentemente da eventual ocorrência destas alterações, o facto é que a maioria das coordenadas geográficas fora tomada por agulha magnética e os mapas então existentes, reproduzindo esta situação (conhecidos por Mapas de Jeppe, de acordo com nome do seu autor), testemunhavam a necessidade de utilizar outros métodos e instrumentos adequados para corrigir os erros anteriores, nomeadamente sobre a determinação precisa das coordenadas geográficas.

Estes reajustamentos foram de importância capital para o prosseguimento dos trabalhos, uma vez que deles dependia o acordo mútuo dos Comissários não só sobre cada alteração sugerida, como sobre cada uma das propostas de compensação territorial relativas às áreas perdidas em favor de um dos dois parceiros envolvidos.

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



Por sua vez, às exigências de rigor de uma cartografia científica juntava-se a necessidade urgente do reconhecimento internacional do espaço geográfico correspondente aos territórios que se reclamavam como Portugueses em África; e este reconhecimento, pressupunha a o seu conhecimento efectivo e, conseqüentemente, a representação gráfica precisa dos seus limites e recursos.

Neste contexto, uma das missões mais difíceis desta Comissão mista foi a definição da linha de fronteira ao longo da cumeada da cordilheira dos Libombos. As negociações para a implantação da linha no terreno foram frequentemente suspensas, obrigando os técnicos de ambas as Comissões a voltar ao terreno para corrigir mapas e traçados. Aparentemente bem definida após algumas correcções feitas em 1875 ao Tratado de 1869, a linha foi recusada várias vezes por ambas as Comissões por incompatibilidade da sua definição com a orientação geográfica da cordilheira, a toponímia e as características da região.

Considerando estes aspectos, esta apresentação pretende chamar a atenção para dois aspectos precisos.

Em primeiro lugar, pretende-se evidenciar a relevância do papel das missões da Comissão de Delimitação e Demarcação de Fronteiras para o reconhecimento do território e para a produção de uma cartografia científica de toda a região, apontando os erros dos mapas anteriores e evidenciando a importância dos novos métodos e instrumentos utilizados.

Em segundo lugar, pretende-se sublinhar a importância da documentação, designadamente a documentação cartográfica que foi produzida no decurso destas missões já que ela constitui a matriz a partir da qual se estruturou e delimitou geograficamente o que, mais de um século depois e para o caso específico de Moçambique, viria a ser um país independente e que, até aos dias de hoje, preserva uma identidade territorial forjada em acordos coloniais e nos trabalhos que então foram desenvolvidos pelos técnicos que integravam ou estavam ao serviço destas Comissões.

Esta questão é tanto mais importante porquanto toda esta documentação, que se preserva ainda nos Arquivos Portugueses, é de importância primordial não só para confirmação das fronteiras actuais de Moçambique, como para a sua gestão e, por isso, tem vindo a ser oficialmente solicitada por Moçambique no sentido do país poder dar resposta às decisões reafirmadas em 2007 na Conferência de Addis Abeba, sobre a aceitação das fronteiras coloniais. Nesta conferência e de acordo com o programa então definido pela OUA sobre a questão das fronteiras, os estados africanos que o subscreveram, comprometeram-se a manter e aceitar as fronteiras coloniais como sendo as suas próprias fronteiras enquanto país soberano e independente; sendo que para tal deverão proceder à revisão da demarcação das suas fronteiras até 2012.



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



Neste sentido, apresentar-se-ão mapas e esboços, bem como outra documentação utilizada e produzida pela CDDMT e existente no IICT, designadamente nos acervos do Arquivo de Fronteiras e da Comissão Portuguesa de Cartografia